



Conselho Nacional

Requerente: William Afonso Tonet

DELIBERAÇÃO

O Conselho Nacional da Ordem dos Advogados de Angola ("CN") reuniu extraordinariamente aos 26 de Novembro de 2012, para apreciar e deliberar sobre o teor do requerimento datado de 15 de Novembro de 2012, apresentado pelo cidadão William Afonso Tonet (doravante o "Requerente"), nos serviços administrativos da OAA aos 21 de Novembro de 2012, nos termos do qual peticiona o reconhecimento, formal, da sua inscrição como Advogado, desde 12 de Abril de 2011.

Para fundamentar pretensão acima referida, o Requerente alega em síntese, o seguinte:

- (i) Que no início do ano de 2009, requereu a sua inscrição como advogado estagiário, tendo instruído o respectivo processo com os documentos estabelecidos pelo n.º 4 do artigo 100.º dos Estatutos da OAA (EOAA), designadamente, cópia do Bilhete de Identidade, carta licenciatura, original ou publica forma, Certificado de Registo Criminal, e Boletins preenchidos nos termos regulamentares assinados pelo Requerente, e 3 fotografias;
- (ii) Que a inscrição do Requerente como advogado estagiário foi admitida pelo Conselho Provincial de Luanda da OAA ("CPL"), tendo-lhe sido atribuída a cédula profissional de advogado estagiário com o número 1056;
- (iii) Que concluiu o estágio para o exercício da advocacia, e seguidamente requereu ao CPL, aos 12 de Janeiro de 2011, a sua inscrição definitiva como advogado;
- (iv) Que decorridos 572 (quinhentos e setenta e dois) dias sob a data da apreentação do seu pedido de inscrição definitiva como advogado, não foi notificado de qualquer despacho, nem foi emitida a seu favor a respectiva cédula profissional de advogado;
- (v) Que atendendo à natureza jurídica da OAA e ao regime que lhe é aplicável, os actos praticados pelo seus órgãos são considerados actos administrativos, e estão sujeitos ao disposto no Decreto- Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro – que aprovou as Normas do Procedimento e da Actividade Administrativa ("NPAA") -, e a sua actuação está sujeita aos princípios estabelecidos naquele diploma legal;
- (vi) Não tendo sido proferida pelo CPL qualquer decisão sobre o seu pedido de inscrição definitiva depois de decorridos 21 (vinte e um) meses a contar da data da sua apresentação, apesar de estar obrigada a fazê-lo no prazo de 2 (dois) meses, o Requeremnte considera que foi admitido como advogado por via

Rua Joaquim Kapango n.º 37, 2.º andar, Apart.º A-N.º 35, Maculusso
Luanda - Angola
TEL.

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola

de deferimento tácito, desde 12 de Abril de 2011, carecendo apenas que seja emitida, a seu favor, a respectiva cédula profissional definitiva de advogado.

Termos em que pugnou pelo reconhecimento, formal, da sua inscrição como Advogado, desde 12 de Abril de 2011, e, conseqüentemente, seja emitida, a seu favor, a respectiva cédula profissional definitiva de advogado, no mais curto espaço de tempo.

APRECIANDO E DECIDINDO:

Antes de apreciarmos e decidirmos mérito das questões suscitadas no requerimento apresentado pelo Requerente William Afonso Tonet, importa fazer um breve enquadramento da situação *sub judice*.

1. Enquadramento

O requerimento em análise foi apresentado na sequência da decisão do CPL de cancelar a inscrição do Requerente como advogado estagiário.

Tal decisão foi proferida pelo CPL no âmbito do processo interno, em curso, de recadastramento e actualização de advogados e advogados estagiários, resultante de uma deliberação do Conselho Nacional ("CN"), tomada em conformidade com a competência que lhe é atribuída pela alínea d), n.º 1, do artigo 33.º dos EOAA, designadamente, de manter actualizados os quadros gerais de advogados e advogados estagiários.

Acontece que, no âmbito do aludido processo de recadastramento e actualização, o CPL apurou que existe um número bastante elevado de advogados estagiários, que pelas mais variadas razões, se encontram numa situação de estágio irregular e/ou em desconformidade com os EOAA e o Regulamento sobre Estágio.

Resulta das disposições combinadas dos artigos 104.º, n.º 5, e 100.º, n.º 1, dos EOAA que, o estágio tem a duração máxima de 3 (três) anos, findo os quais, se o advogado estagiário não o concluir e/ou não reunir os demais requisitos para requerer a inscrição definitiva, é cancelada a inscrição, podendo, entretanto requerer nova inscrição.

À data dos factos, o CPL identificou mais de 20 (vinte) advogados estagiários em situação de estágio superior ao prazo máximo estabelecido no citado artigo 104, n.º 4 dos EOAA, e/ou sem lograrem reunir os requisitos necessários para aprovação do pedido de inscrição definitiva como advogado, o que obviamente determinou o cancelamento das inscrições dos mesmos.

Em decorrência do acima dito, o CPL comunicou formalmente, isto é, por escrito, o cancelamento da inscrição a todos os advogados estagiários em situação de estágio irregular e/ou em desconformidade com os EOAA, que na altura foram identificados.

Porque, em consequência do cancelamento da inscrição, os então advogados estagiários perderam essa qualidade, e por via disso, ficaram impedidos de exercerem advocacia a partir da data do aludido cancelamento, o CPL comunicou igualmente tal situação aos órgãos que intervêm na administração da justiça, nomeadamente, mas sem se limitar, aos Tribunais e a Procuradoria Geral da República.

Rua Joaquim Kapango n.º 37, 2.º andar, Apart.º A-N.º 35, Maculusso
Luanda - Angola
TEL.

INTERNET: www.oaang.org
E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com
Nif. : 7402006905
Luanda - Angola



Por forma a tornar mais abrangente o conhecimento das situações de cancelamento das inscrições, a OAA decidiu divulgar no seu site uma lista contendo os nomes dos visados, a qual será periodicamente actualizada, uma vez que o processo de recadastramento e actualização de advogados e advogados estagiários continua em curso.

O Requerente é um dos então advogados estagiários que viu a sua inscrição cancelada, pelas razões acima apontadas, como abaixo se explicitará e demonstrará.

Os actos acima praticados pelos órgãos da OAA, enquadram-se perfeitamente no âmbito das suas competências – cfr. artigos 3.º, alínea b), 33.º, n.º 1, alínea c) e d), 38.º, n.º 1, alínea m), 100.º, n.º 1, e 104.º, n.º 5, dos EOAA.

2. Da Notificação do Requerente para Apresentação de Documento Comprovativo do Reconhecimento de Estudos feito no Estrangeiro.

Compulsados os documentos que constituem o processo individual do Requerente arquivado na OAA, constata-se, de interesse para apreciação e decisão do caso *sub judice*, o seguinte:

- (i) Aos 14 de Janeiro de 2009 o Requerente deu entrada no CPL do seu pedido de inscrição como advogado estagiário, o qual foi deferido aos 23 de Fevereiro de 2009, e, consequentemente, lhe foi atribuído a cédula profissional de advogado estagiário sob o n.º 1056;
- (ii) Não obstante a sua decisão acima referida, a então Presidente do CPL, Dra. Teresa Marçal, exarou um despacho, aposto na Ficha de Inscrição de Advogado Estagiário, que abaixo se transcreve:

*«- Juntar declaração definitiva de reconhecimento de estudos pela UAN;
- Declaração de serviço»*

- (iii) O despacho da Presidente do CPL foi ratificado pelo então Bastonário, Dr. Inglês Pinto, por despacho datado de 26 de Fevereiro de 2009, também aposto na Ficha de Inscrição de Advogado Estagiários, nos termos seguintes:

*«T.C.
Estou de acordo
Agir em conformidade»*

- (iv) Em data que não se logrou apurar, o Requerente juntou ao seu processo de inscrição uma declaração de serviço emitida pela empresa WT MUNDOVÍDEO, LIMITADA, datada de 24 de Novembro de 2010, a atestar a existência de um vínculo laboral com o Requerente;
- (v) Aos 12 de Janeiro de 2011 o Requerente deu entrada no CPL do pedido de inscrição definitiva como advogado, o qual mereceu despacho do então Presidente, Dr. Hermenegildo Cachimbombo, datado de 28 de Junho de 2011, nos termos seguintes:

«O reconhecimento de estudos feitos no estrangeiro compete à Reitoria da Universidade Agostinho Neto e/ou Secretaria de Estado do Ensino Superior.

**Rua Joaquim Kapango n.º 37, 2.º andar, Apart.º A-N.º 35, Maculusso
Luanda - Angola
TEL.
INTERNET: www.oaang.org
E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com
Nif. : 7402006905
Luanda - Angola**

Neste contexto, o requerente deve juntar declaração definitiva de Reconhecimento de Estudos.»

- (vi) Do despacho referido no anterior ponto (iv), foi o Requerente notificado aos aos 11 de Julho de 2011.

Em face do acima dito, conclui-se, pois, que não corresponde minimamente a verdade a afirmação do Requerente segundo a qual não foi proferido qualquer despacho sobre o seu pedido de inscrição.

3. Da Inexistência do Pretenso Deferimento Tácito

De acordo com a tese sustentada pelo Requerente, não tendo sido proferida pelo CPL qualquer decisão sobre o seu pedido de inscrição definitiva depois de decorridos 21 (vinte e um) meses sob a data da sua apresentação, apesar de estar obrigada a fazê-lo no prazo de 2 (dois) meses, o seu pedido de inscrição definitiva como advogado foi admitido por via de deferimento tácito, desde 12 de Abril de 2011, carecendo apenas que seja emitida, a seu favor, a respectiva cédula profissional definitiva de advogado.

Ora, a tese do Requerente só pode resultar de uma análise do ordenamento processual administrativo angolano altamente delirante, já que entre nós não vigora a regra de que o silêncio funciona como deferimento tácito. Na verdade, entre nós, a regra é a do indeferimento, prevista no artigo 58.º das NPAA, segundo a qual, a inércia, a omissão do dever de decisão por parte da Administração, conduz, transcorrido o prazo estabelecido por lei, ao indeferimento tácito.

No contexto do ordenamento processual administrativo angolano, o deferimento tácito ocorre excepcionalmente, nas situações mencionadas no artigo 57.º das NPAA, e noutras em que especialmente se preveja o deferimento tácito.

Ora, o pedido de inscrição definitiva como advogado formulado ao CPL pelo Requerente, não se enquadra de modo nenhum em qualquer uma das situações previstas no citado artigo 57.º das NPAA, nem tão pouco o deferimento tácito deste pedido resulta de algum diploma legal especial (que nem sequer foi invocado pelo Requerente).

Acresce que, de acordo com José António Garcia-Travejano Fos in "Los Actos Administrativos", 2.ª ed., actualizada, a pág. 160, constitui um princípio hoje admitido aquele segundo o qual, não poder adquirir-se por silêncio administrativo mais do que se poderá ter obtido por forma expressa. Não cabe, por isso, o silêncio positivo *contra legem*.

Esta é também a posição de António Dias Garcia in "A Autorização Administrativa", a pág. 43, do B.M.J. 425.

De acordo com o autor acabado de citar, o particular não poderá aceder a um determinado direito através do silêncio da administração quando a solicitação seja ilegal.

Quanto a esta temática vide também Ernesto Garcia Travijano Garnica, in "El silencio administrativo el derecho espanol", a pág. 82.

Rua Joaquim Kapango n.º 37, 2.º andar, Apart.º A-N.º 35, Maculusso

Luanda - Angola

TEL.

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola

Os autores acima apontados pertencem todos a escola espanhola, onde alegadamente o Requerente é doutorando, pelo que lhe será de fácil consulta.

Entende o CN que, o pedido de admissão e inscrição definitiva do Requerente como advogado, sem o necessário reconhecimento do estudo efectuado no estrangeiro, viola o disposto nos artigos 11.º, n.º 1, da Lei n.º 1/95, de 6 de Janeiro – Lei da Advocacia -, e 98.º, n.º 1, dos EOAA, pelo que tal pedido é ilegal, e não pode de modo algum proceder, ainda que os órgãos competentes da OAA permaneçam eternamente mudos.

Em face do acima exposto, conclui-se, pois, que não assiste qualquer razão ao Requerente.

TERMOS EM QUE O CONSELHO NACIONAL DA OAA DELIBERA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO FORMULADO PELO REQUERENTE, DE RECONHECIMENTO FORMAL DA SUA INSCRIÇÃO COMO ADVOGADO, E REITERA A DECISÃO DO CPL DE CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO REQUERENTE COMO ADVOGADO ESTAGIÁRIO.

4. Da Restituição da Cédula Profissional

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 101.º dos EOAA, *"O advogado suspenso ou com a inscrição cancelada deve restituir a cédula profissional ao Conselho Provincial em que esteja inscrito e, se o não fizer no prazo de 15 dias, poderá a Ordem proceder à respectiva apreensão judicial."*

Termos em que, o CN recomenda ao CPL que notifique o Requerente para, no prazo de 15 dias, restituir a Cédula Profissional de advogado estagiário, findo o qual, se o não fizer, accionar os competentes mecanismos judiciais para a apreensão judicial da Cédula em questão.

Luanda, aos 26 de Novembro de 2012

O Conselho Nacional

Rua Joaquim Kapango n.º 37, 2.º andar, Apart.º A-N.º 35, Maculusso
Luanda - Angola

TEL.

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola

Nome	Função	Assinatura
Hermenegildo Cachimbombo	Bastonário	<i>Hermenegildo Cachimbombo</i>
Henriqueta Silva	Vice-Presidente	<i>Henriqueta Silva</i>
António Penelas	Membro Cons. Nacional	<i>António de Jesus Penelas</i>
Luís Paulo Monteiro	"	<i>Luís Paulo Monteiro</i>
Clotilde Melo Pinto	"	<i>Clotilde M.P. Pinto</i>
Djamila Pinto de Andrade	"	<i>Djamila Pinto de Andrade</i>
Jayr Fernandes	"	<i>Jayr Fernandes</i>
Jacinto Ucuahamba	"	<i>Jacinto P. Ucuahamba</i>
Evaristo Solano	"	<i>EVARISTO SOLANO</i>

Rua Joaquim Kapango n.º 37, 2.º andar, Apart.º A-N.º 35, Maculusso
Luanda - Angola

TEL.

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola